ção imprescindíveis à conquista de novos mercados que dêem vazão à crescente produção de algodão do estado.

Gestão compartilhada

Outro fator crítico de sucesso para o Fialgo é seu modelo de gestão compartilhada. O fundo será administrado por um conselho gestor composto por representantes de entidades oficiais e de classe*. Contará ainda com quadro de profissionais contratados, coordenados pelo gerente executivo, que identificará as necessidades do setor algodoeiro e destinará recursos na busca de soluções.

Para este ano-safra, o conselho gestor do fundo está elaborando normas para concessão de suporte financeiro e analisando pedidos de apoio a projetos apresentados pela Fundação GO em parceria com a Embrapa que contemplam a continuidade das pesquisas iniciadas na safra passada.

Na safra 1999/00 o Fialgo apoiou financeiramente pesquisas de novas variedades e manejo em parceria com a Embrapa, Agência Goiana de Desenvolvimento Rural e Fundiário (Agenciarural) e Fundação de Apoio à Pesquisa e Desenvolvimento Agropecuário de Goiás (Fundação GO).

Pedro Maeda é coordenador do Conselho Gestor do Fialgo e diretor do Grupo Maeda.

**As entidades são: Agenciarural, Associação Goiana dos Produtores de Algodão (Agopa), Delegacia Federal do Ministério da Agricultura e do Abastecimento (DFA/GO), Embrapa, Federação da Agricultura do Estado de Goiás (Faeg), Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de Goiás (Fetaeg), Federação das Indústrias do Estado de Goiás (Fieg), Secretaria de Agricultura, Pecuária e Abastecimento de Goiás (Seagro) e Sindicato e Organização das Cooperativas de Goiás (OCG).*

A EXPERIÊNCIA DE GOIÁS

Novos horizontes

Expandem-se as áreas do plantio de algodão no Centro-Oeste, na superação da grave crise da última década

PEDRO FERREIRA ARANTES

A cultura do algodão introduziu novas técnicas de cultivo no estado de Goiás, no fim dos anos 60 e início dos 70. O "ouro branco" era o grande chamariz da época. Trouxe para o estado o emprego sistemático de técnicas de análise do solo, adoção de corretivos e uso intensivo de adubo e inseticida. Atraiu agricultores de outros estados, primeiro paulistas e depois paranaenses e cearenses. Foram implantadas em Goiás numerosas beneficiadoras, instaladas em Itumbiara, Santa Helena e Rio Verde; cresceu o fluxo migratório de mão-de-obra temporária para as colheitas da pluma.

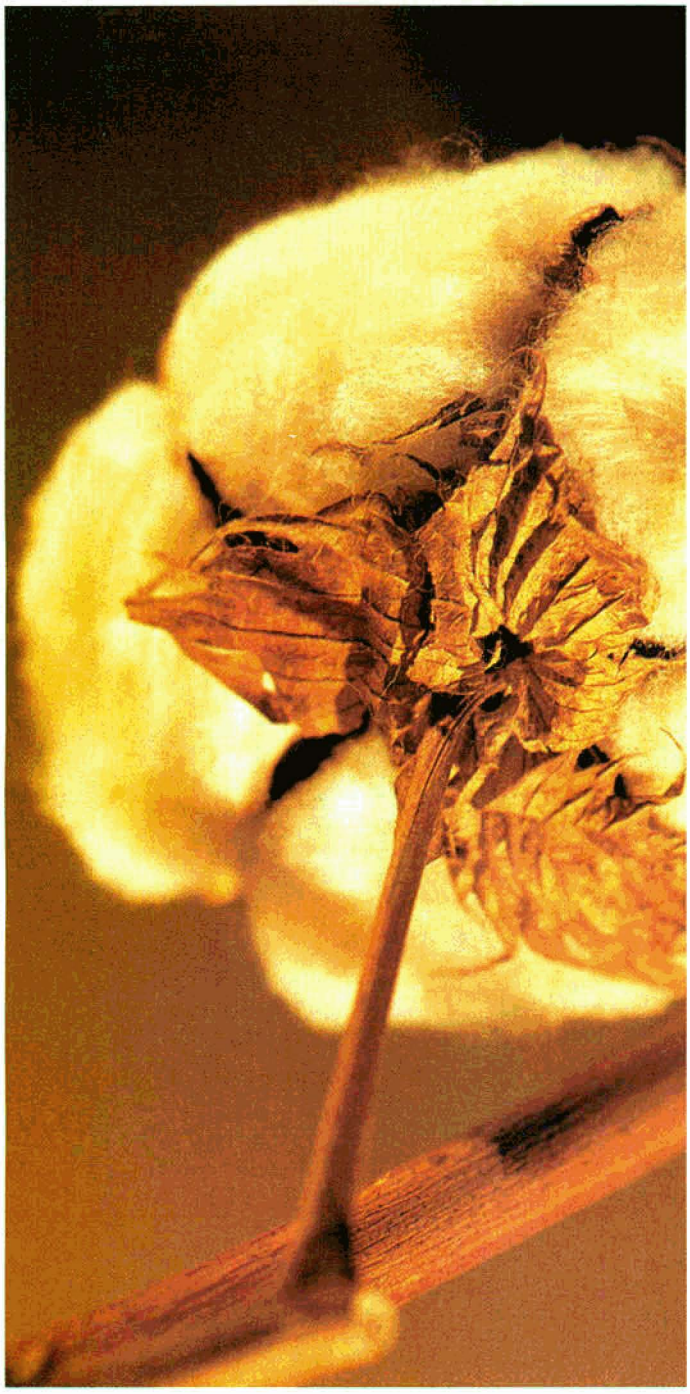
Esse primeiro *boom* do algodão durou cerca de quatro safras, de 1968 a 1971. A expansão da cultura em terras pouco adequadas, a pouca experiência dos produtores em lidar com a cultura e seu desconhecimento de exigências tecnológicas acabaram em disseminação acentuada de pragas e doenças e grandes prejuízos para os agricultores. Rio Verde, que em 1971/72 chegou a ter em funcionamento 10 beneficiadoras de algodão, acabou contando com apenas uma por mais de uma década. Passada a crise que afetou toda a cultura, em todo o país, com a abertura da economia no início dos anos 90, Goiás voltou a recuperar sua área plantada a partir de 1996.

Abertura do mercado

A fibra de algodão no Brasil era amparada por um imposto de importação de 55% até 1988. Esse imposto caiu para 10% nos dois anos seguintes, quando foi eliminado até 1994. Retornou com alíquota de 3% nas três safras seguintes e subiu para 6% a partir de 1997.

A decisão de abrir abruptamente o mercado trouxe graves conseqüências para a cultura. A abertura ocorreu em toda a cadeia do produto. Até os segmentos de fios, tecidos e produtos acabados foram beneficiados com a redução tributária na importação.

O ano de 1997 foi o mais crítico para a produção nacional de algodão, que chegou a seu mais baixo nível – apenas 307 mil



toneladas de pluma, correspondentes a cerca de 35% dos últimos anos da década de 80. A importação ficou em 460 mil toneladas, contra cerca de 60 mil nos 10 anos anteriores. A crise causou profunda mudança na estrutura de produção interna de algodão, deslocada para as áreas planas do Centro-Oeste, com maior facilidade de mecanização. Novas áreas de plantio, médias e grandes, melhoraram a qualidade da fibra e o rendimento, fator fundamental de competitividade com relação ao produto importado e de recuperação da área plantada no país.

As quatro últimas safras do Centro-Oeste (1995-2000) mostraram um crescimento de 176%. No Brasil todo o conjunto das mesmas safras cresceu apenas 26%.

1. Centro-Oeste e Brasil: área plantada de algodão
Em hectares

Anos-safra	1996/97	1997/98	1998/99	1999/2000
Centro-Oeste	150.340	342.295	357.835	414.882
Brasil	644.326	828.065	664.047	812.448

Fonte: IBGE.

2. Goiás: algodão herbáceo
Área colhida dos 10 principais municípios goianos em ha

1994/95		1999/00	
Município	Área	Município	Área
Santa Helena de Goiás	22.000	Acreúna	21.000
Acreúna	8.030	Santa Helena de Goiás	8.000
Rio Verde	7.000	Chapadão do Céu	7.392
Edéia	4.700	Paraúna	7.000
Itumbiara	4.200	Porteirão	6.070
Goiatuba	3.679	Itumbiara	5.250
Paraúna	3.090	Edéia	4.150
Inaciolândia	2.200	Rio Verde	3.000
Cachoeira Dourada	2.100	Indiara	3.000
Indiara	2.029	Goiatuba	2.500
Total	59.028	Total	67.362
Total do estado	69.437	Total do estado	92.285

Fonte: IBGE.

Muda o mapa, não a crise

No redesenho geográfico da cultura do algodão no Brasil, Paraná, São Paulo e o Nordeste perderam espaço para o Centro-Oeste, em especial para Mato Grosso, atualmente o maior produtor. Em Goiás, a partir da safra 1994/95, a cultura teve uma recuperação razoável de sua área plantada: o plantio de 69.533ha cresceu nas duas safras seguintes, chegando a 186.661ha.

Em 1997/98 a cultura foi fortemente afetada por doenças e pragas, com grande prejuízo dos cotonicultores. Iniciou-se então um movimento conjunto das lideranças de classe em busca de solução para a crise através do retorno a pesquisa e políticas de incentivo à cultura. No fim de 1999 foi criado o Programa de Incentivo à Cultura do Algodão (Proalgo).

O programa mudou as expectativas no estado, mas não a situação difícil dos produtores, principalmente os de menor porte. Persiste a tendência de redução de área, o que pode – ou não – ocorrer a partir do próximo plantio.

O importante é que em Goiás, a exemplo do que já ocorreu no país, houve expansão geográfica de áreas plantadas nas regiões mais tradicionais, como Itumbiara, Santa Helena de Goiás e Rio Verde, para áreas novas: Chapadão do Céu e mais recentemente Mineiros, Montividiu e Cristalina.

Pedro Ferreira Arantes é economista, assessor técnico da Federação da Agricultura de Goiás (Faeg), professor de economia agrícola da Faculdade Anhanguera de Ciências Humanas – FACH – e produtor rural.